

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO – BREVE REFLEXÃO PARA PENSARMOS A ESCOLA DO CAMPO NO BRASIL**

Maria Raquel da Silva <sup>1</sup>  
Emerson Augusto de Medeiros <sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este estudo, de natureza bibliográfica, discute a Educação do Campo, com ênfase na escola do campo no Brasil. É resultado de reflexões construídas no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (LEDOC/UFERSA). Para sua construção, realizamos uma revisão bibliográfica com autores/as de base teórico-epistemológica crítica que problematizam a educação no Brasil e a necessidade de garantir o direito à educação dos povos do campo. Concluímos que, na história educacional, as populações do campo não vivenciaram, como deveriam, uma educação que oportunizasse a valorização de suas culturas e de sua memória histórica. Dessa forma, apontamos a demanda de uma escola inclusiva do campo que atente aos saberes populares e aos inúmeros contextos de vida dos povos do campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Escola do Campo, Direito à Educação, Povos do Campo.

### **INTRODUÇÃO**

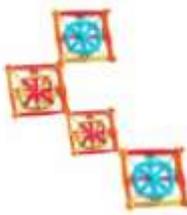
Segundo Medeiros e Dias (2015), durante muito tempo as populações do campo tiveram o direito à educação negado. Para as escolas situadas no campo, quase sempre, se pensou em uma perspectiva de ensino importada da cidade, como se para os sujeitos do campo qualquer educação fosse suficiente e garantisse qualidade. Neste sentido, os povos do campo se constituíram, em termos educacionais, sob o enfoque de um ensino urbano que pouco contribuiu para sua emancipação e conscientização social.

Este artigo objetiva discutir a Educação do Campo, com ênfase na escola do campo no Brasil. Para tanto, realizamos uma pesquisa de natureza bibliográfica centrada em autores/as de base teórico-epistemológica crítica da área de Educação. Assim, nos fundamentos em Arroyo (1999), Saviani (2008), Silva (2016), entre outros, os quais têm somado à área de Educação e, mormente, à Educação do Campo.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: mraquelsilva007@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Orientador. Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas (DCH), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br



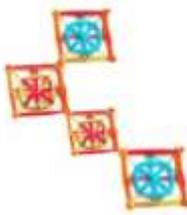
Destacamos ainda que a pesquisa é oriunda de reflexões construídas no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) nos semestres letivos 2019.1 e 2019.2. Tais reflexões se associam ao Programa de Assistência Estudantil “Bolsa Permanência”, o qual contribui para que discentes dos diferentes cursos de graduação da universidade (licenciaturas e bacharelados) tenham condições de aprofundar seus estudos a partir do acompanhamento de um professor orientador. No nosso caso, os diálogos que permitiram a construção deste texto se reportaram à “Educação do Campo” e a “Escola do Campo”, temáticas estudadas em uma perspectiva teórica e reflexiva de cunho crítico.

Traçada essa breve introdução, salientamos que organizamos o texto em mais quatro seções. Inicialmente, apresentamos algumas notas sobre a metodologia do estudo. Neste sentido, abordamos os caminhos que nos conduziram na construção deste texto. Na segunda seção, discutimos sobre a Educação do Campo, com ênfase na escola do campo, a partir de uma perspectiva histórica e problematizadora. Na terceira seção, salientamos alguns apontamentos relacionados à escola do campo, no intento do que necessita pensar atualmente. Na última seção, atestamos algumas considerações oriundos de nossas reflexões.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO OBJETO DE ESTUDO – DIMENSÃO METODOLÓGICA**

Conforme discutimos em momento anterior, este estudo acompanha as reflexões desenvolvidas no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (LEDOC/UFERSA). Ele nasceu das leituras construídas ao longo dos semestres letivos 2019.1 e 2019.2. Como discente do Curso LEDOC/UFERSA tivemos o contato com as discussões iniciais sobre Educação do Campo na disciplina que também é nominada de “Educação do Campo”. Apesar de termos tido o acesso anterior a leituras em outros componentes do currículo da graduação, foi nela que despertou, de forma acentuada, o interesse pelo objeto de estudo principal deste escrito.

Ao estudarmos o conceito de Educação do Campo, vimos que ele se articula ao entendimento de que a Educação do Campo é um movimento nacional de educação, bem como condiz a uma modalidade educacional específica que tem como protagonistas os sujeitos do campo (MEDEIROS; FERREIRA; AGUIAR, 2018; MEDEIROS; AMORIM, CARVALHO, 2020). A partir disso, como estudante que vivenciou sua escolarização também em espaços



rurais, sentimo-nos motivados à construção de leituras que viessem a aprofundar nossa compreensão quanto ao tema.

Assim, ao participarmos, na condição de discente, do edital da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFERSA do ano de 2019 que estabeleceu critérios de inclusão para ingresso no Programa Bolsa Permanência da instituição e sendo aprovada, traçamos nosso plano de trabalho com ênfase na “Educação do Campo” e na “Escola do Campo”. Ao todo, realizamos a consulta, a leitura e a sistematização de textos (artigos científicos publicados na área de Educação) e de obras (livros e capítulos de livros) sobre os temas descritos anteriormente pelo período de um ano. Fruto dessa vivência, este artigo socializa uma síntese de parte de nossas compreensões construídas.

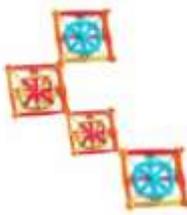
Dessa maneira, este estudo se centra na pesquisa bibliográfica, a qual é entendida, conforme Therrien e Nóbrega-Therrien (2010), como uma investigação que utiliza de publicações sobre determinados temas para o aprofundamento de um objeto de estudo. Ela se reporta à exploração, nosso caso, na literatura acadêmica, de conceitos discutidos por outras investigações ou publicizados por profissionais com conhecimento na área. Nas próximas seções, apresentamos a síntese de nossas construções.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA DO CAMPO: REFLEXÃO CRÍTICA E DE CUNHO HISTÓRICO**

A história da Educação no Brasil não pode ser dissociada dos processos sociais mais amplos, bem como de aspectos contextuais de cada tempo, tais como os aspectos acerca de como se constituiu a Educação no início de colonização do Brasil com a chegada dos portugueses, que na ocasião teve os padres jesuítas como professores, os quais tentaram catequisar os índios à fé católica, ou seja, um ensino com enfoque religioso e também restrito a poucos. Com a independência do Brasil, no ano de 1822, algumas mudanças no cenário sociopolítico e econômico trouxeram implicações nos quesitos político e educacional.

Uma das maiores conquistas no contexto da legislação brasileira é a constituição de 1988, inclusive no cenário da Educação. Segundo Martins (2011), no artigo 205 da Constituição Federal se diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205, *apud* MARTINS, 2011).



Apesar da Constituição Federal de 1988 tornar o ensino obrigatório e afirmar que é direito de todos, é sabido que na prática não é bem assim, uma vez que são muitos os desafios a serem superados, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade e contextualizada.

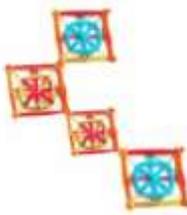
Outra conquista importante no cenário da educação é a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB 9.394/96), que é o dispositivo normativo nacional que regulamenta o sistema educacional no Brasil (da Educação Básica ao Ensino Superior). Portanto, a LDB se caracteriza como marco importante e, ainda, como afirma Arroyo (1999), contribui para pensarmos sobre,

O desenvolvimento da capacidade de aprender. A aquisição de conhecimentos e habilidades aparecem como meios, ‘mediante’ – para alcançar esse desenvolvimento pleno. Esta concepção de educação proclamada na LDB é um grande avanço, frente à concepção utilitarista e instrumental, dominante nos estatutos legais anteriores e nas políticas públicas educacionais (ARROYO, 1999, p. 154-155).

Sabendo então que a educação é talvez o meio para se chegar ao conhecimento do mundo que nos cerca, de nos conhecer como cidadãos e como tais saber que temos não só deveres para com a sociedade, mas também direitos, nos situa no terreno de podermos buscar nossos direitos, é por isso que a Educação do Campo é uma importante conquista e tem sido levantada como meio pelo qual os povos do campo possam reivindicar seus direitos, sobretudo, o de acesso à educação com qualidade. É a Educação do Campo quem tem levantado nas frentes que lutam junto aos movimentos sociais para que os povos do campo tenham acesso à educação de qualidade e contextualizada aos seus saberes e a sua cultura.

No texto “*Fundamentos Políticos e Pedagógicos para a Escola do Campo*”, Silva (2016) inicia a discussão fazendo algumas indagações pertinentes, dentre elas, destacamos: o que é uma escola? Como surgiu e qual sua finalidade na sociedade? Afinal, o que é uma escola do campo? No texto, o autor afirma que a escola é uma construção social e que ao longo dos tempos não vem se diferenciando muito de como surgiu.

A instituição escolar surge em demanda das particularidades de cada época e, portanto, não de forma linear vem sofrendo mudanças na concepção que se tem da escola, da proposta curricular e do ensino promovido ao longo dos anos, sobretudo, quando na formação/atuação dos professores, neste caso, os professores do campo. O autor pontua no texto, com base em Monacorda (2010), que com a evolução da força de trabalho, as profissões se complexificaram,



havendo também divisões entre o trabalho manual e o intelectual, entre o campo e a cidade, dentre outras, ainda mais se tratando de uma sociedade dividida em classes (SILVA, 2016).

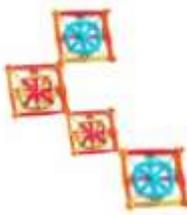
Silva (2016) relata que a escola é um espaço originalmente planejado para os filhos da classe dominante, isso se demonstra, conforme o autor, pelo próprio significado etimológico do nome escola, o qual vem do grego e significa “ócio” ou lugar de ócio.

É somente na Revolução Industrial, com a introdução do capitalismo, que a escola assume uma nova perspectiva de formação, voltada à educação também dos trabalhadores, no sentido de transformar súditos em cidadãos. Nos diz Saviani (2008) que, a fim de atender as necessidades da nova classe ascendente, a escola passa a defender o ideal liberal galgado numa falsa “igualdade” e “democracia”. O que antes era apenas para classe dominante, passa a ser universalizado, mas a educação que é ofertada passa a ser dualista sendo uma para os filhos da classe dominante e outra para os filhos dos trabalhadores.

Sendo então a escola um lugar que é voltado a atender a demanda da elite, como então transformá-la e fazer com que se procure democratizar no sentido de atender também as necessidades da classe trabalhadora? Afinal, qual a função da escola na sociedade atualmente? Para responder essas questões é preciso analisar o seu significado desde sua origem que foi pensada para os filhos da elite, que não precisavam trabalhar para se sustentarem. Ainda segundo Saviani (2008), a escola serve como agravante das desigualdades de classes, como também de outras formas de opressão, como o machismo e o racismo.

Para designar a função social da escola na sociedade capitalista, Saviani (2008) se utiliza de diferentes teorias para explicar a relação entre escola e sociedade. No contexto da sociedade capitalista, o autor as divide em dois grupos: teorias não críticas e teorias críticas. Para as teorias não críticas, a sociedade é harmoniosa e as oportunidades são iguais para todos e a marginalização é apenas um acidente e deve ser corrigido por meio da educação, visa manter o estado das coisas. Essa perspectiva otimista defende a escola como meio para a ascensão social, essa corrente se divide em Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista (LIBÂNEO, 2012).

Para a Pedagogia Tradicional todos são iguais e as desigualdades estão na mera imaginação, a educação é centrada no professor e no conteúdo. Para a Pedagogia Nova, todos são essencialmente diferentes, o marginalizado é o rejeitado, a escola é centrada no aluno e no sentimento. Já para a Pedagogia Tecnicista, o marginalizado é improdutivo e incompetente, a escola é centrada na organização racional (SAVIANI, 2008; LIBÂNEO, 2012).

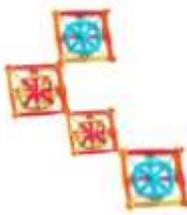


Como teorias críticas, Saviani (2008) atesta, entre elas, a Teoria da Violência Simbólica, a Teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado e a Teoria da Escola Dualista. Para a Teoria da Violência Simbólica, a sociedade é composta por uma estrutura de relações de força material entre grupos ou classes, a violência simbólica acontece por meio da dominação econômica e cultural que a elite exerce sobre a classe dominada, que acaba sendo marginalizada. A educação tem como função a reprodução das desigualdades sociais. Segundo a Teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, o Estado possui aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos que servem à reprodução das condições existentes, a classe trabalhadora é marginalizada, a escola serve como instituição que inculcará nas crianças as ideologias dominantes.

Para a Teoria da Escola Dualista, a escola é dividida em duas grandes redes, correspondente a divisões de classe, quais sejam: secundária superior – para a burguesia – e primária – profissionalizante para o proletariado. Dessa forma, a escola tem duas grandes funções: contribuir para a formação da força de trabalho e somar para a inculcação da ideologia dominante. Apesar de ser muito importante essa leitura crítica da escola capitalista, esses movimentos que surgiram não incentivaram a mudanças nesse cenário por não terem, na nossa interpretação, perspectivas pedagógicas desenhadas.

Nesse cenário, Saviani (2008) defende a Pedagogia Histórico-crítica que trata de retomar de forma prática a luta contra a desigualdade, a marginalização, se esforçando para que os trabalhadores tenham uma educação melhor, de qualidade, sendo a educação uma forma de ascensão social. Em relação às escolas rurais, temos que entender suas particularidades, tendo em vista que na sociedade capitalista atual o campo é concebido como subordinado à cidade, como um lugar de atraso a ser superado. Em contrapartida, o urbano é visto como o lugar de progresso e desenvolvimento. Desse modo, é possível ver a grande discrepância entre o que é investido nas escolas da cidade em comparação com as escolas do campo, na sua maioria, multisseriadas. As salas com alunos de diferentes idades ignoram as particularidades do desenvolvimento de cada um.

No livro “*A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*”, Arroyo (1999) inicia comentando as experiências que vivenciou na I Conferência Nacional de Educadores e Educadoras do Campo, aborda a impressão que teve sobre o modo como os sujeitos se educam. Para ele, a pedagogia que perpassou a conferência se deu em gestos e não necessariamente em palavras. Isso se mostra no fato de os movimentos sociais do campo se fazerem sempre na ação, isto é, na prática. Sendo eles educativos, formam novos valores e a cultura. Por meio desse processo, a criança e o adulto vão se construindo novos seres. A construção da Educação Básica



do Campo parte do pressuposto de que há um movimento social acontecendo e ele é educativo. Esse movimento é o que compreendemos por Educação do Campo.

Para o autor, é necessário um projeto popular nacional que reveja a nova dinâmica social. Dessa forma, os educadores têm que repensar radicalmente a educação porque o campo no Brasil passa, continuamente, por tensões, lutas, debates e organizações. Os professores precisam ter sensibilidade para se perguntarem que sujeitos estão formando e que valores estão sendo aprendidos. Por meio disso, desenvolverem um conjunto de práticas educativas renovadoras.

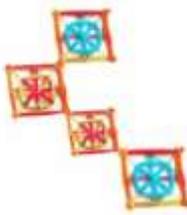
O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 1999, p. 12).

É importante rompermos com a visão negativa que a sociedade construiu acerca do campo, a qual o concebe como um lugar de atraso, como também desconstruir a visão simplista da educação promovida com os povos do campo, pois a educação deve ser colocada na luta pelos direitos (como direito ao saber, ao conhecimento e a cultura). É nesse sentido que o movimento educacional do campo é mais exigente porque se situa no terreno dos direitos e busca vincular educação com saúde, cooperação, justiça social e cidadania. A Educação Básica do Campo deve ter como base o humanismo pedagógico, ao olharmos para a criança e o adulto não devemos apenas vê-los como alunos, mas como seres humanos, como sujeitos de direitos (ARROYO, 1999; MEDEIROS, 2019). Arroyo (1999) completa:

Não tratem o aluno como número, não tratem o aluno como aluno, tratem como sujeitos, sujeitos que trazem história, que têm diferenças. É diferente ser mulher e homem, negro e branco. É diferente ser criança, do que ser adolescente, jovem. Tratar o aluno como gente, no seu tempo, na sua idade, no seu gênero, na sua raça, na sua história, na sua diversidade, no seu momento de formação humana. Nossa escola nivelou todo o mundo pela média, se passa da média, aprova, se não passa da média, reprova e repete (ARROYO, 1999, p. 13).

Outra característica importante na construção da Educação Básica do Campo é que os processos educativos passam pelo conjunto de vivências e experiências que o ser humano tem ao longo da vida, acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho e na família.

A escola deve ser o lugar onde se promova os saberes e os direitos do homem e da mulher do campo, e esses devem estar contextualizados com saberes extraescolares, vinculando



o cotidiano da escola com as práticas culturais do campo, com seus gestos, seus rituais e a linguagem que usam. Trabalhando as raízes culturais do campo, incorporando os saberes que os preparem para a emancipação, procurando romper com a escola que exclui, como é o caso da escola seriada e seletiva em que se tem um alto índice de reprovação e defasagem (ARROYO, 1999). Ainda segundo Arroyo (1999),

Percebi que estas experiências educativas não têm uma concepção simplista da educação, a imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não precisa de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não precisa de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler (ARROYO, 1999, p. 10).

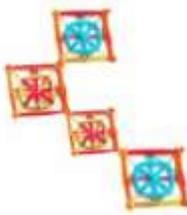
Portanto, é urgente repensarmos a escola do campo e propormos outra que seja inclusiva, democrática, igualitária, respeitando os camponeses e os tratando com dignidade. Para isso, é de suma importância que o professor considere que cada aluno já traz a sua leitura de mundo, como bem defende Freire (2011). É dever da escola relacionar o currículo escolar com esses saberes, na relação com a natureza, a cultura, a transmissão da memória coletiva, a sua identidade, a relação com a terra. Só agindo assim o docente será verdadeiramente democrático em sua prática pedagógica e estará contribuindo para uma educação básica de qualidade para os povos do campo, promovendo a democracia.

Neste sentido, vemos como fundamental rever os conceitos construídos sobre a Educação para os povos do campo, repensando as práticas adotadas em torno da escola do campo no Brasil. Para nós, é necessária uma reforma no sistema educacional do país, na qual haja a valorização dos profissionais da educação, a ampliação das condições de acesso e permanência na escola e a ampliação da qualidade do ensino oferecido, especialmente aos povos do campo.

## **UMA SÍNTESE PARA PENSARMOS A ESCOLA DO CAMPO**

Na continuidade dos diálogos construídos neste texto, finalizamos este escrito com três apontamentos para pensarmos a escola do campo. Dessa maneira, destacamos:

- A escola do campo necessita ser compreendida como um espaço de formação humana da população camponesa.



Quando falamos na população camponesa, cabe enfatizar que falamos na especificidade dos povos do campo. Neste sentido, falamos de uma escola contextualizada a cada contexto de vida dos sujeitos do campo. É preciso romper com a visão genérica que temos da escola. É fundamental construir um conceito de escola contextualizado à realidade local de cada região, município e comunidade.

- A escola do campo tem que ter sentido para os estudantes do campo.

Para construir uma escola com sentido aos discentes do campo é essencial rever o currículo escolar. Tal como a escola, tivemos um currículo escolar universalista, focado em habilidades e competências gerais para todos/as, com conteúdos curriculares genéricos, como se a vida de cada ser humano também seguisse esse mesmo caminho. Defendemos que o currículo escolar se alicerce na realidade política, econômica, cultural e social das populações camponesas. É importante ressaltar que não estamos defendendo uma educação e um currículo localista. Ao contrário, pensamos uma educação crítica que passa a compreender e a associar as questões locais inseridas em dinâmicas sociais mais amplas.

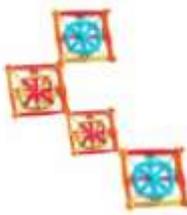
- A escola do campo necessita do diálogo com as demais experiências educativas que os movimentos sociais do campo e os sujeitos do campo desenvolvem na sociedade.

Ao longo deste escrito destacamos, implicitamente, a ausência de diálogo da educação e da escola com os sujeitos que as constroem. Entendemos que é preciso se aproximar das experiências que a sociedade organizada, por meio dos movimentos sociais, constroem. Entendemos que o movimento educacional do campo ensina, tem muito a nos orientar. É preciso aproximar as experiências que construímos com o chão da educação desenvolvida nas escolas do campo.

Em linhas finais, os apontamentos destacados anteriormente são apenas uma síntese que construímos, na condição discente, acerca da “educação do campo” e da “escola do campo”. Temos ciência das limitações conceituais do texto, mas compreendemos que o registro, de algum modo, acrescenta aos estudos sobre a Educação do Campo no Brasil, mormente à escola do campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este escrito discutiu a Educação do Campo e a escola do campo no Brasil. Em meio aos diálogos, enfatizamos, sucintamente, acerca de como a educação no país se perspectivou. Vimos, a partir de uma abordagem teórico-epistemológica crítica que a educação, por mais que



seja um direito constitucional, não assegurou/a qualidade a todos/as, especialmente aos povos do campo.

Entendemos que a escola do campo necessita se alinhar à formação humana dos estudantes, com um currículo escolar contextulizado à realidade local de cada população, bem como necessita ter como base o acúmulo de experiências educativas que os movimentos sociais do campo desenvolveram na história. A escola do campo precisa ter sentido aos sujeitos que participam dos processos educativos no campo.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal Rural do Semi-Árido e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis pelo auxílio (bolsa permanência) concedido para o aprofundamento de nossas reflexões na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.

### REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES; Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. (Coleção Por uma Educação do Campo), V. 02. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

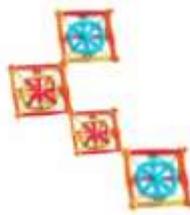
MARTINS, Vicente. **Educação na Constituição de 1988: O Artigo 205**. Direitonet. 2011. Disponível em: &lt;<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/479/Educacao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo-205>&gt;. Acesso em: 15 mar 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEDEIROS, Emerson Augusto de. **Formação Interdisciplinar de Professores: estudo pedagógico-curricular sobre a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido**. 661 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Jamira Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. Licenciaturas em Educação do Campo da Região Nordeste: estudo curricular sobre a formação de professores por áreas de conhecimento. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014769, p. 1-22, 2020.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; FERREIRA, Helena Perpétua de Aguiar; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. Formação inicial de professores da educação do campo: a história do curso de pedagogia da terra da UERN. **Revista Internacional de Formação de Professores**, [S.I.], p. 325-341, jul. 2018.



MEDEIROS, Emerson Augusto de; DIAS, Ana Maria Iorio. O Estado da Arte sobre a Pesquisa em Educação do Campo na Região Nordeste (1998 – 2015). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 22, n. 03, p. 115 – 132, set./dez. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: edição comemorativa. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Paulo Roberto de Sousa. Fundamentos Político-Pedagógicos para a Educação do Campo I: a escola do campo. In: ZIENTARSKI, Clarice; PEREIRA, Karla Raphaella Costa; FREIRE, Perla Almeida Rodrigues (Orgs.). **Escola da Terra Ceará**: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016, p. 99 - 126.

TERRIEN, Jacques; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria. O estado da questão: aportes teórico-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; NUNES, João Batista Carvalho (Org.). **Pesquisa científica para iniciantes**: caminhando no labirinto. Fortaleza - CE: EdUECE, 2010, v. 1, p. 33-51.